Registo ECOM13XVII/2025/14
Aprovado na reunião da CREPL
de 09.12.2025,
com a ausência do L e CDS-PP.

Exma. Senhora Presidente da Comissão da Reforma do Estado e Poder Local

Deputado Almiro Moreira

Palácio de S. Bento, 05 de dezembro de 2025

Assunto: Audição do Ministro da Economia e da Coesão Territorial sobre a proposta de Despacho de Vagas para o ensino superior no ano letivo 2026/2027 e o seu impacto nos territórios de baixa densidade

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista acompanha com grande preocupação a proposta do despacho orientador de vagas para o Ensino Superior no ano letivo 2026/2027, emanado pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação, que permite, de forma generalizada, um acréscimo de até 10% das vagas.

Esta intenção, sem qualquer diferenciação territorial ou ponderação da realidade específica das diversas regiões do país, representa um risco sério para a sustentabilidade e para o papel determinante que Instituições de Ensino Superior desempenham enquanto agentes estratégicos de desenvolvimento territorial.

Em 2018, o Governo do Partido Socialista adotou uma medida estruturalmente responsável ao reduzir cerca de 1.100 vagas nos dois principais centros urbanos, com o propósito claro de promover uma melhor distribuição territorial dos estudantes e de reforçar a atratividade das regiões fora dos grandes eixos metropolitanos.

O parecer emitido pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) classificou esta proposta como potencialmente “demolidora” para a rede de instituições localizadas no interior, alertando para impactos severos na sua sustentabilidade científico-pedagógica, na sua capacidade de captar estudantes e na própria missão de desenvolvimento regional que estas instituições assumem.

Conforme é referido no parecer, esta medida ignora não só a realidade estrutural do sistema, em que o número de vagas disponíveis tem sido superior à procura efetiva ao nível do Concurso Nacional de Acesso, mas também o efeito das condicionantes existentes ao nível do aumento de vagas nas instituições do litoral, mecanismo criado precisamente para preservar o equilíbrio do sistema e garantir a sustentabilidade das instituições, das regiões e do País.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista defende que a política de vagas não pode ser desligada dos princípios de equidade territorial, de justiça social e de desenvolvimento harmonioso do território nacional, sendo o ensino superior um motor de inovação, qualificação e transformação social.

A proposta agora apresentada representa um retrocesso face à estratégia de coesão territorial perseguida nos últimos anos, já que, conforme o CCSISP refere, este despacho "coloca em causa a sustentabilidade das instituições do Interior, contrariando claramente objetivos essenciais e expressos no programa do Governo relativamente à coesão territorial e ao desenvolvimento regional equilibrado".

Perante a gravidade dos potenciais impactos desta medida e a necessidade de garantir escrutínio parlamentar rigoroso, torna-se imprescindível ouvir o Ministro da tutela do poder local sobre o impacto destas medidas nos Municípios de baixa densidade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer a audição do Sr. Ministro da Economia e da Coesão Territorial, sobre a proposta de Despacho de Vagas para o ensino superior no ano letivo 2026/2027 e o seu impacto nos territórios de baixa densidade.

As Deputadas e os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

Jorge Botelho

Marina Gonçalves

Rui Santos

Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa, Portugal

351 21 391 90 00

www.ps.parlamento.pt